

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alexsandro Teixeira Ribeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C741 Comunicação, política e atores coletivos [recurso eletrônico] / Organizador Alexsandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-365-1

DOI 10.22533/at.ed.651201709

1. Comunicação. 2. Política e governo. I. Ribeiro, Alexsandro Teixeira.

CDD 302.24

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação, Política e Atores Coletivos” reúne uma série de contribuições científicas que aprofundam o debate sobre temas de convergência entre as áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade e relações públicas, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, ciência política e marketing. De cunho interdisciplinar, a obra tem por objetivo apresentar o resultado de pesquisas realizadas em todo o país, consolidando um quadro de cooperações científicas que destaca a excelência nacional na produção de conhecimento. O resultado deste esforço, é uma organização que problematiza assuntos atuais e de relevância pública, como crise econômica, representatividade, gêneros, combate ao feminicídio e movimentos sociais.

De fato, em uma sociedade imersa na comunicação, em que a realidade é socialmente construída a partir das tecnologias da informação, o papel dos meios na representatividade e visibilidade social de um fato é de extrema centralidade. Com isso, a comunicação torna-se a arena para debates que renovarão a esfera pública e promover a integração da sociedade, sobretudo no que diz respeito às comunidades em vulnerabilidade, as identidades que clamam por reconhecimento e os movimentos sociais. Este é o palco que se torna predominante entre as contribuições científicas nesta obra reunida e publicada pela Atena Editora.

Aqui, em um primeiro bloco de artigos, nos aprofundamos na análise dos meios de comunicação ora como promotores de empoderamento, ora como espaço de exclusão. Nesta dicotomia, observamos os discursos e comportamentos da mídia frente ao feminismo, à representatividade da comunidade LGBTI, e à participação das mulheres nos espaços de poder. E não se encerra aí. Ainda observamos nos demais artigos e esforços acadêmicos, que dão conta da amplitude da obra e da qualidade da formação superior nacional, temas como luta pela terra, políticas públicas, a história recente brasileira na luta pela democracia, a violência urbana, crise econômica e o papel da mídia e do Estado em áreas de invisibilidade social. O rigor metodológico e as contribuições interdisciplinares faz da coleção “Comunicação, Política e Atores Coletivos” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6512017091	
CAPÍTULO 2	14
LIP SYNC FOR YOUR LIFE: UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA SOBRE DRAG QUEENS	
Talita Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6512017092	
CAPÍTULO 3	26
MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO - REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIVIL FEMININA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.6512017093	
CAPÍTULO 4	40
MÍDIAS DIGITAIS, CUIDADO E AUTOCUIDADO NO MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO	
Cosette Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017094	
CAPÍTULO 5	53
A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA: UM RECORTE DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL	
Alexsandro Teixeira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017095	
CAPÍTULO 6	65
AS RECATADAS: AS MULHERES ENQUANTO PAUTA E PROTAGONISTAS NO RÁDIO	
Sofia Soares Dietmann Leslie Sedrez Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6512017096	
CAPÍTULO 7	75
O CORPO NOS ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS: DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO	
Ricardo Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.6512017097	

CAPÍTULO 8	85
CÂNCER DE MAMA: CORPO, POLÍTICA E A FOTOGRAFIA HUMANISTA DE KATHARINA MOURATIDI	
Mônica Torres	
DOI 10.22533/at.ed.6512017098	
CAPÍTULO 9	101
O PAPEL DO JORNALISMO NO CONTROLE DEMOCRÁTICO E NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Juciméri Isolda Silveira	
Manuella Niclewicz	
DOI 10.22533/at.ed.6512017099	
CAPÍTULO 10	110
CONTROLE, REPRESSÃO E VIGILÂNCIA SOB O OLHAR INFANTIL EM <i>O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS</i>	
Gisele Gutstein Guttschow	
Juliana de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65120170910	
CAPÍTULO 11	124
DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65120170911	
CAPÍTULO 12	140
A CIDADE DO MEDO: A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MARCA RIO	
Patricia Cerqueira Reis	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170912	
CAPÍTULO 13	154
A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO	
Carlos Eduardo Klingelfus Grasso	
Guilherme Barros Nascimento	
Israel Filipe Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.65120170913	
CAPÍTULO 14	170
BANDIDOS NA TV: A MORTE PELA AUDIÊNCIA	
Marcela Rochetti Arcoverde	
DOI 10.22533/at.ed.65120170914	

CAPÍTULO 15	181
O JORNALISMO NA ERA DO ENTRETENIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE INFOTENIMENTO	
Paula Miranda	
Leonel Azevedo de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.65120170915	
CAPÍTULO 16	194
GUTENBERG: A ERA DA IMPRENSA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65120170916	
CAPÍTULO 17	202
INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR INFORMAIS: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB	
Jacynara Farias de Souza Marques	
Rafaela Azevedo dos Santos Felix	
DOI 10.22533/at.ed.65120170917	
CAPÍTULO 18	221
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (2018): ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS UTILIZADAS PELO <i>JORNAL NACIONAL</i> E DA SUA RESPONSABILIDADE NA MUDIATIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO	
Tamiris Artico	
Carla Montuori Fernandes	
Maria Goreti Lopes Artico	
DOI 10.22533/at.ed.65120170918	
CAPÍTULO 19	244
NEUROMARKETING APLICADO SOBRE GRANDES MASSAS	
Adelcio Machado dos Santos	
Alexandre Carvalho Acosta	
Evandro Henrique Cavalheri	
DOI 10.22533/at.ed.65120170919	
CAPÍTULO 20	252
O BRASIL NAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS QUE CIRCULAM NO IMAGINÁRIO ESTRANGEIRO, PRODUÇÃO, CONSUMO E PODER	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.65120170920	
CAPÍTULO 21	265
O CELEIRO VAZIO: A DECISÃO DE PUBLICITÁRIOS DE DEIXAR AS AGÊNCIAS CARIOCAS	
Roberto Sá Filho	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170921	

CAPÍTULO 22.....	282
A FOTOGRAFIA EM RELAÇÕES PÚBLICAS	
Ana Domitila Rosa Lemos Silva	
Gardene Leão	
DOI 10.22533/at.ed.65120170922	
CAPÍTULO 23.....	295
PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO	
João Ernesto Pessutto	
Marco Aurelio Prette Charaf Bdine	
Nelson Finotti Silva	
Carlos Florido Migliori	
Paula de Oliveira Santos Miyazaki	
Neide Aparecida Micelli Domingos	
Leda Maria Branco	
Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki	
DOI 10.22533/at.ed.65120170923	
CAPÍTULO 24.....	308
UM TOM REDENTOR PARA O DISCURSO PUBLICITÁRIO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA	
Lívia Valença da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65120170924	
CAPÍTULO 25.....	322
DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS: APLICAÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO- COMPORTAMENTAL	
Tháís Sanches Silva	
Eliana Melcher Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65120170925	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	333
ÍNDICE REMISSIVO.....	334

CAPÍTULO 13

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Carlos Eduardo Klingelfus Grasso

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

Guilherme Barros Nascimento

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

Israel Filipe Santos Nascimento

Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo
São Paulo – São Paulo

RESUMO: O presente estudo diz respeito a uma análise referente ao processo revolucionário de 1932, que ocorreu na cidade de São Paulo e foi intitulado como “Revolução Constitucionalista”. Para além de uma discussão a respeito do fato político, buscou-se investigar como se deu a cobertura dos eventos que demarcaram a revolução, buscando compreender preferências ideológicas e até mesmo possíveis interesses envolvidos. Nesse sentido, foi necessário revisar publicações do início dos anos 30, tanto de veículos que eram à época considerados “grande mídia” como possíveis veículos alternativos. Ainda que o foco seja observar a mídia paulistana, tem-se como propósito estender o olhar para a imprensa de outras localidades. A Revolução Constitucionalista teve grande importância em

um momento político extremamente conturbado a nível nacional. O País passava por uma crise econômica, efeito da crise internacional de 1929, atrelada à queda da chamada República do Café com Leite (1890-1929), a qual dava protagonismo para as elites de São Paulo e Minas Gerais. O rompimento se deu através da Revolução de 30, que resultou na ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República. Entende-se que não é possível analisar o ano de 1932 separado do ano de 1930, portanto pretendeu-se acompanhar a cobertura da mídia referente a esse período curto no quesito temporal, mas longo no aspecto do impacto político.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução de 1932. Mídia. Jornal. Getúlio Vargas. São Paulo.

THE CONSTITUTIONALIST REVOLUTION OF 1932: AN ANALYSIS OF MEDIA COVERAGE OF THE HISTORICAL FACT

ABSTRACT: The present study concerns an analysis referring to the revolutionary process of 1932, which took place in the city of São Paulo and was entitled as “Constitutionalist Revolution”. In addition to a discussion about the political fact, we sought to investigate how the events that marked the revolution were covered, seeking to understand ideological preferences and even possible interests involved. In this sense, it was necessary to revisit publications from the early 1930s, both from vehicles that at that time were considered “mainstream media” as possible alternative vehicles. Although the focus is on observing the São Paulo media, the purpose is to extend the look to the press from other locations.

The Constitutionalist Revolution was of great importance in an extremely troubled political moment at the national level. The country was going through an economic crisis, the effect of the international crisis of 1929, linked to the fall of the so-called República do Café com Leite (1890-1929), which gave prominence to the elites of São Paulo and Minas Gerais. The break occurred through the Revolution of 30, which resulted in the rise of Getúlio Vargas to the presidency of the Republic. It is understood that it is not possible to analyze the year 1932 separately from the year 1930, so it was intended to follow the media coverage referring to this short period in terms of time, but long in terms of political impact.

KEYWORDS: Revolution of 1932. Media. Newspaper. Getúlio Vargas. São Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

A imprensa tem um papel histórico na cobertura dos fatos políticos do Brasil e do mundo, sendo um braço de qualquer governo que se pretenda republicano e democrático. Dessa forma, com este estudo pretende-se reiterar a importância da valorização da memória e dos documentos históricos, assim como da imprensa brasileira e de seu legado.

Para efetivar tal proposta, buscou-se levantar dados por meio de centros de documentação que possibilitam o acesso virtualmente. A título de exemplo, pode-se mencionar o CPDOC (pertencente à FGV) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, os quais são referência no resguardo de documentos históricos. Coube, também, consultar os acervos de veículos de imprensa que sejam compreendidos como relevantes para o estudo. Ainda assim, realizou-se um levantamento bibliográfico e uma revisão da literatura já produzida sobre o tema, visando a pontuar algumas contribuições existentes, pela ótica da historiografia e da Sociologia.

2 | CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO: UM OLHAR PARA O CENÁRIO NACIONAL

Para pensar o processo revolucionário de 1932, faz-se necessário retomar a conjuntura histórica e política pela qual passava o País. Em primeira instância, destaca-se uma crise do regime político vigente até então, o que hoje é caracterizado por República Velha, ou até mesmo República do Café com Leite. O regime consistia na alternância do poder entre representantes dos estados de Minas Gerais e São Paulo, em que Minas Gerais era produtora de leite, e São Paulo de café, de modo que ambos os estados tinham o maior protagonismo político e econômico no plano nacional. Na eleição de 1929 houve uma ruptura com a prática de alternância já consolidada, tendo em vista que o então presidente Washington Luís indicou como seu sucessor o também representante do estado de São Paulo Júlio Prestes. Os mineiros, não satisfeitos com a indicação, passaram a apoiar o candidato do Rio Grande do Sul, o ex-deputado, ex-governador e ex-ministro Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, que agregou o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba, do então candidato a vice-governador na chapa, João Pessoa. Interessante observar que Vargas concorreu ao pleito de chefe do Executivo por uma aliança liberal,

ainda que em suas práticas políticas e econômicas sempre tenha havido um enfrentamento aos ideais dessa corrente.

Vargas foi derrotado nas eleições. O povo escolheu Júlio Prestes para o cargo de chefe do Executivo nacional. Por conta disso, organizou-se o processo revolucionário de 1930, rompendo com a institucionalidade e culminado em um governo de exceção, que a princípio deveria ser temporário, sob a prerrogativa de estabelecer a ordem e promulgar uma nova Constituição. Não menos importantes são os aspectos econômicos que influenciaram a conjuntura política nacional daquele momento, especialmente no estado de São Paulo, um dos motores da economia brasileira sobretudo em decorrência da exploração do café. A respeito disso, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (2008), em sua obra *Mudanças sociais no Brasil*, pontua sobre a conjuntura da seguinte maneira:

Ninguém ignora que o café foi o principal fator de desenvolvimento econômico e da prosperidade de São Paulo. Graças ao café, a vida econômica de São Paulo saiu do marasmo em que se mantinha durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX. Ela integrou-se, rapidamente, no sistema econômico tropical, com profundas transformações no cenário natural e humano da região. O fenômeno ocorreu com tamanha rapidez, que mesmo os observadores mais argutos acabaram representando o café como um fator de povoamento, de enriquecimento e de progresso. (FERNANDES, 2008, p. 249).

Através dessa formulação, o sociólogo demonstra como o café foi crucial para a ressignificação do papel de São Paulo em relação ao Brasil. A crise internacional de 1929 inevitavelmente impactou o País do ponto de vista econômico, resultando em uma maior instabilidade política. A queda no preço do café comprometeu a economia brasileira, bem como a própria elite cafeeira do estado de São Paulo. Segundo este viés, o sociólogo Jorge Caldeira (2017), em sua obra *História da riqueza no Brasil*, discute a problemática da crise do café pela seguinte perspectiva:

O problema não era de quantidade: o volume das exportações do produto pouco caiu entre 1928 e 1932: de 13,8 milhões de sacas para 11,9 milhões. Mas o preço despencou, arrastando consigo as divisas recebidas: 67,9 milhões de libras esterlinas em 1928 e apenas 26,2 milhões quatro anos depois. A queda no mercado presente deu-se em circunstâncias delicadas para o mercado futuro - mais precisamente, na política de estoques. (CALDEIRA, 2017, p. 529)

Por meio desse fragmento, o autor discute a desvalorização do café, impactando a economia brasileira. A título de exemplo, o PIB brasileiro sofreu queda de 2,1% em 1930.

3 | REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA: CONFLITO DE INTERESSES EM UM PAÍS EM MOVIMENTO

Retomando o olhar histórico, reitera-se que a Revolução de 1932 precisa ser analisada conjuntamente com a revolução que houve no plano nacional de 1930. Ainda assim, busca-se destacar os principais fatores que a nortearam, ponderando interesses de

determinados grupos, assim como ideologias vigentes à época. Também é preciso destacar o rompimento de Vargas com a Constituição vigente. O poder Executivo centralizado na figura de Vargas passou a controlar todas as instâncias da vida política nacional, o que pôde ser observado pela extinção do poder Legislativo e pela nomeação de interventores no lugar de governadores estaduais. Em teoria, tudo isso seria algo provisório, até a convocação de novas eleições, assim como a promulgação de uma nova Constituição. Quanto ao que desencadeou a Revolução Constitucionalista de 1932, o historiador Marco Antonio Villa (2011), em sua obra *A história das constituições brasileiras*, descreve da seguinte forma:

Os boatos, a pressão dos tenentistas e o temor de que as eleições prometidas não se realizariam - além de problemas na indicação dos sucessivos interventores para o estado de São Paulo - acabaram levando à Revolução Constitucionalista de 1932. A rebelião armada começou em 9 de julho e foi até o fim de setembro. Nos quase três meses de luta, que mobilizaram mais de 150 mil homens, morreram mais do que o triplo de soldados durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália, na Segunda Guerra Mundial. (VILLA, 2011, p. 39)

Para além de uma breve apresentação dos motivos que levaram à revolução no estado de São Paulo, o autor introduz um pouco do seu legado. Conforme será abordado mais à frente no presente estudo, o movimento foi derrotado do ponto de vista militar, ainda que seja necessário postular a discussão existente sobre os legados, não só a nível estadual, mas a nível nacional.

Cabe também inserir alguns interesses existentes na conjuntura do processo revolucionário de 1932. Há quem analise tal processo não como um golpe destinado ao Governo Federal, mas como um contragolpe, tendo em vista que os prejuízos da chegada de Vargas ao poder para o estado de São Paulo são notórios, podendo-se destacar a destruição da organização republicana que vigorava até então, e que favorecia os paulistas, sobretudo suas oligarquias cafeeiras. O governo Getúlio já nasceu com a insatisfação da população de São Paulo, até porque o candidato eleito, Júlio Prestes, era paulista, e não assumiu por conta do processo revolucionário de 30. A Revolução de 1932 foi impulsionada sobretudo pela oligarquia paulista e pela classe média, demonstrando, para além de uma insatisfação, até mesmo um ressentimento. Com isso, não se pretende negar a tentativa de se perpetuar no poder, reprimindo as liberdades democráticas, por parte de Vargas, o que se traduz na governança por decretos, sem a perspectiva real de uma nova Constituição. Não à toa, a Guerra Civil de São Paulo recebe a alcunha de constitucionalista, no entanto algumas ponderações sobre interesses e privilégios na sociedade brasileira são bem-vindos na observação de fatos históricos da estatura da Revolução de 1932.

4 | FORMAÇÃO DA IMPRENSA E DO JORNALISMO NO BRASIL

A imprensa paulista teve seu início ainda no período colonial, em 1823, sob o reinado

de Dom Pedro I. A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por incessantes transformações políticas, econômicas e sociais, desdobramentos dos avanços industriais e tecnológicos que emergiram sobretudo no século XVIII. Se nos primórdios do jornalismo a divulgação de informações era realizada por mensageiros ou pelo compartilhamento de um mesmo folhetim, escrito à mão e entregue a um número muito restrito de pessoas, atualmente, para aqueles que consideram a chamada quarta revolução industrial, a disseminação de informações não é mais um problema. Na verdade, os debates que outrora reverenciavam-se predominantemente sob a tutela da ampliação dos meios de comunicação, hoje concentram-se no volume e no excessivo conjunto de técnicas que afogam o leitor na primazia do direito à informação.

O primeiro jornal paulista do qual se tem registro, *O Paulista*, era escrito à mão com bico de pena e tinteiro em papel cartório pelo então professor de gramática e futuro político brasileiro Antônio Mariano de Azevedo Marques e distribuído entre pelo menos cinco sócios do jornal. De acordo com alguns registros públicos, o jornal tinha permissão oficial da província de São Paulo para funcionamento. Sua primeira edição é datada de 1823, um ano após a independência do País. Porém, foi só em 1827 que o jornal passou a contar com processo de composição tipográfica, oriunda de trabalho voluntário e gratuito, seguido por uma composição de normas de conduta que garantiriam o direito quanto à causa pública e às informações do Governo, além do respaldo de resposta caso alguém sentisse que foi ofendido ou caluniado. O projeto do jornal seguiu adiante contando com um importante nome da nobreza como diretor e redator, José da Costa Carvalho, Barão, Visconde e Marquês de Monte Alegre, que entre muitas outras atribuições foi primeiro-ministro do Império Brasileiro. O jornal, posteriormente chamado de *O Farol Paulista*, perdeu até a data de 1833, em defesa da liberdade e da Monarquia Constitucional como prerrogativa, condenando qualquer outro modelo político como despotismo.

Apesar de muito modesto, o jornalismo brasileiro cresceu consideravelmente do ponto de vista dos periódicos publicados entre 1890 e 1899. Somente a cidade de São Paulo já contava com aproximadamente 347 impressões periódicas, chegando a 537 na década seguinte, entre jornais, revistas e similares. Houve também uma melhora significativa do ponto de vista da escrita, que começou a tomar forma como produto jornalístico de informação, se desvencilhando sobretudo do formato acadêmico literário, que já era consolidado para a maioria dos afazeres intelectuais. Outro destaque se deu na possibilidade de reprodução de imagens, como os retratos. Alguns jornais tradicionais que perduram até hoje tiveram seu início muito próximo a essas datas, como é o caso de *Correio Paulistano* (1854), *O Ipiranga* (1869), *Província de São Paulo* (1875) e *Diário de São Paulo* (1884). Durante os períodos que se sucederam, já no final do Império Brasileiro, com o abolicionismo e o início de uma nova forma de governo, republicano, abriu-se margem a uma política plural no sentido dos interesses e dos debates políticos.

O *Correio Paulistano*, de posição liberal, fez forte frente junto ao Partido Republicano

Paulista, apoiando a abolição da escravatura, sendo regido em grande parte pelos oligarcas cafeeiros, e até serviu durante muito tempo como porta-voz do PRP, sendo extinto em 1937. A *Província de São Paulo*, que após a proclamação da República viria a ser *O Estado de São Paulo*, teve ativa participação republicana, cobrindo diversas notícias políticas, tendo como escritor o próprio Euclides da Cunha, autor do livro *Os Sertões*, principal obra sobre a Guerra de Canudos. Já *O Diário de São Paulo*, em sua fundação teve como protagonistas José Maria Lisboa e Américo de Campos, importantes jornalistas e dissidentes dos jornais *Correio Paulistano* e *Província de São Paulo*. Apesar de participantes das conferências de Itu, em grande parte representadas por oligarcas agroexportadores, os dois jornalistas fundaram um jornal voltado aos pequenos negócios até sua aquisição pela família de cafeicultores Mesquita. Outro tradicional jornal que surgiu depois das primeiras experimentações da República foi a *Folha de São Paulo* (1921), que a princípio faria frente de oposição aos partidos conservadores republicanos e jornais apoiadores¹.

O início do século XX foi marcado pelas contradições e pelos embates políticos, entre o arcaico e o moderno, o autoritário e o democrático, o liberal e o comunista, o conservador e o progressista. A classe artística e literária inaugurou o Modernismo em 1922, renegando a estética romântica e naturalista das artes plásticas, dos poemas e da música. A urbanização aos poucos foi ganhando outra forma, com linhas mais suaves e contínuas, por vezes adotando até o utilitarismo. Os conflitos da Revolta da Vacina em 1904, ou da Revolta da Chibata em 1910, remontam a uma época de grande alvoroço político no sentido das insatisfações, quanto à obrigatoriedade de um projeto sanitário para o enfrentamento de doenças como a varíola, ou as duras repressões sofridas por soldados e marinheiros de baixa patente. Em 1908 foi criada também a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), responsável por levantar questões que levassem mais neutralidade e garantia de direitos aos profissionais dos jornais, muitas vezes posicionando-se contra as organizações que mantinham os jornais como empresas a seu favor.

As greves gerais que ocorreram entre 1917 e 1922 tiveram papel crucial para a formação de novos jornais e revistas que davam voz às novas organizações políticas de esquerda que se formavam, principalmente para denunciar os abusos cometidos pela classe burguesa industrial e rural, que, ainda nos moldes da escravatura, não só forçava o trabalho compulsório a imigrantes italianos e espanhóis como também impunha a crianças e mulheres péssimas condições de trabalho quanto ao horário e às condições básicas de equipamentos de trabalho.

O surgimento do Partido Comunista Brasileiro e do jornal *A Classe Operária* marcou uma das primeiras experimentações de organização política que fazia frente, ainda que sem muito sucesso, às oligarquias agro-industriais da época. Washington Luís, secretário, deputado e prefeito de São Paulo, foi um precursor em lidar com a oposição e

¹ CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. História da Folha de São Paulo (1921-1981). São Paulo: Imprensa, 1981.

as reivindicações desse período pré-industrial. Ficou conhecido por desenvolver inúmeras estradas e estimular a redução da pena para presos de bom comportamento, que em troca trabalhavam na expansão do oeste paulista. Enquanto político, Washington Luís se viu comandado pelo Partido Republicano Federal, o que o fez transferir-se para o Partido Republicano Popular. Em um momento de turbulência social e econômica, em decorrência das crises oriundas da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, Washington Luís foi presidente da República do final de 1926 até 1930.

5 | PERSPECTIVAS DAS MÍDIAS PAULISTAS

Como dito anteriormente, após a eleição do paulista Júlio Prestes, o poder foi tomado por uma junta militar liderada pelo advogado e político Getúlio Vargas, com apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba em 1930. Na passagem do ano de 1930 para 1931, Getúlio adotou uma postura firme ao lado de militares e de simpatizantes da sua participação política, sobretudo no Rio Grande do Sul. A partir de 1932 receberia apoio da Ação Integralista Brasileira, a AIB, um grupo formado por nacionalistas de extrema-direita. Com a intenção de apaziguar a classe burguesa paulista e de refrear qualquer tipo de levante popular que tivesse ideais comunistas, Getúlio tomou uma série de medidas que acabaram culminando na Revolução de 32.

Alguns jornais considerados tradicionais passaram a cobrir os fatos ocorridos durante esse período de modo a condenar Getúlio, empossado após um golpe de Estado, como ditador e uma ameaça à própria nação. Como se pode perceber, ainda no início dos anos 1930 o discurso empregado seguia uma latente esperança de se formar uma nova Constituinte para o Brasil.

O jornal *A Platéia* a princípio se mostrava conservador, apoiando a Aliança Nacional, mas mostrou seu descontentamento por completo ao apoiar a Revolução de 1932. Segundo consultas realizadas no site do Arquivo Público de São Paulo sobre a memória da imprensa, é nítida essa mudança de postura referente aos periódicos publicados. Os que estão disponíveis e datam do mês de novembro de 1930 voltam-se a uma postura quase neutra do ponto de vista da narrativa dos fatos, porém a partir de 1932, pelos periódicos que datam do mês de junho ao mês de outubro, a parte crítica da história dos acontecimentos passou a forçar um discurso inflamado e a cobertura quase incessante dos fatos, retratando os legados e a importância do combate “em nome da pátria”, e tratando os combatentes como heróis.

O jornal *O Estado de São Paulo* posicionava-se de maneira contundente contra o Governo Federal após o fatídico ataque à sede de um jornal carioca, o *Diário Carioca*, por parte de militares, como pode ser observado no seguinte fragmento:

A crise gravíssima que atravessa o governo da República, acentuada pela demissão de vários auxiliares, dos auxiliares que representavam a corrente

liberal e constitucionalista, enche-nos de apreensões. Reputamos uma desgraça a marcha do governo para o absolutismo, e essa crise, ao menos na sua face externa, nas suas aparências mais acessíveis ao olhar, denota uma inflexão para aquele rumo. Parece que, no seio do governo, já se decidiu contra o espírito constitucionalista a luta que armara entre esse espírito e o ditatorial. (O Estado de S. Paulo, 05/03/1932)

A partir da década de 30, o rádio no Brasil já era uma realidade. Ainda no final dos anos 20 já havia relatos da sua experiência, sendo uma delas o próprio discurso do então presidente Epitácio Pessoa em 1923. Os constitucionalistas, em 1932, fizeram uso das rádios como promoção da reivindicação de uma Constituinte, principalmente para se referir ao estado de São Paulo como um refém do fascismo italiano que outrora fora importado, tanto que em setembro do mesmo ano, sob a voz do radialista e locutor César Ladeira, expoente da voz constitucionalista, engajava-se na Rádio Record um pouco do sentimento da época:

[...] paulistas, velhos, mulheres, crianças, carregam [...] a arma certa que vai alcançar [...] a vitória [...]. O paulista não mudou [...]. Todo paulista sabe ser pobre como Jó! Para com essa pobreza, alcançar a riqueza maior, a riqueza melhor, a riqueza gloriosa, a riqueza suprema! A única riqueza que São Paulo quer... a vitória, a vitória, a vitória! (Discurso de César Ladeira na Rádio Record, setembro de 1932)

O incessante uso de cartazes e panfletos como chamativo à guerra e à causa prospectava o sentimento a ser cultivado entre os paulistas, de dever e responsabilidade, principalmente após o ocorrido com o M.M.D.C., sobretudo com desenhos de combatentes, enfermeiros e operários, muitas vezes sob os símbolos das bandeiras do Brasil e de São Paulo. Outros elementos que fizeram parte da propaganda a favor da Constituinte foram os selos postais emitidos no estado paulista com os mesmos aspectos dos cartazes, como o elmo do soldado, o desenho geográfico do País e uma balança, todos com dizeres pró-Constituinte, fazendo menção à justiça e ao apelo aos interesses de uma nova Constituinte.



Figura 1 – Cartazes, panfletos e selos postais utilizados em favor da causa paulista

Fonte: Portal da ALESP

Apesar das particularidades que cada imprensa buscava desempenhar sobre seus jornais, eram quase unânimes a empresa familiar, os cuidados e o preparo de cada setor, que iam desde sua administração até as linhas editoriais. Em geral, um jornal tinha um único comando, que costumava representar uma família de grande influência sobre alguns aspectos da política ou da economia. No caso de São Paulo, o jornal *O Estado de São Paulo*, gerenciado por uma família de cafeicultores, os Mesquita, na época posicionou-se contra a ditadura de Vargas, fazendo inúmeras menções em apoio aos interventores do Governo Estadual que faziam oposição ao movimento getulista².

Entretanto, apesar da fala contrária aos getulistas, o jornal, que se voltava às elites da época, manteve uma oposição sutil quando comparado a outros jornais, como a *Folha de São Paulo*, conforme veremos mais adiante. Isso, porém, não bastou para que cedesse aos interesses de Getúlio com o fim da revolução e a instauração do regime conhecido como Estado Novo, apesar do fato de que, segundo Oscar Pilagallo, autor do livro *História da imprensa paulista*, o jornal ficou submetido aos cuidados do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão este criado ainda em 1931 por Getúlio Vargas com a finalidade de promover seu governo.



Figura 2 – Primeira página da edição de 13/07/1932 do jornal *O Estado de São Paulo*

Fonte: Acervo Estadão

² CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa--Omega, 1980.

Não obstante ao apoio da mídia paulista ao movimento, são passíveis de muito reconhecimento os agradecimentos e as menções realizadas não só pela *Folha de São Paulo* como também por outras mídias da época, como a exaltação do grupo de mulheres que voluntariamente se dedicaram nos mais variados tipos de serviços de enfermagem, administração, confecção de roupas e alimentos, entre outros, assim como aquelas que se dedicaram ao front de batalha, como por exemplo a professora Maria Stella Sguassábina ou Maria José Bezerra, um ícone da Legião Negra, como retrata o seguinte trecho do jornal *A Gazeta*:

Uma mulher de cor, alistada na Legião Negra, vencendo toda a sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais cheia de civismo, mais profundamente brasileira, da campanha constitucionalista, ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo, MARIA DA LEGIÃO NEGRA! Mulher abnegada e nobre da sua raça. (*A Gazeta*, 05/09/1932).

Apesar do fragmento histórico, até hoje as notícias e as informações sobre os combatentes intitulados como Legião Negra, quando muito, são de difícil acesso, porém é notória a importância e o peso que essa legião teve na Revolução de 32.

6 | VEICULAÇÃO DE NOTÍCIAS DUVIDOSAS

Quando o assunto é a Guerra Paulista de 1932, muito se fala daqueles que serviram voluntariamente às forças do estado de São Paulo, seja no campo de batalha, seja no tratamento aos feridos ou doando objetos pessoais para a fabricação de armamento. Também constantemente lembrada é a atuação da mídia no apoio aos rebeldes, mas raramente são recordadas as notícias falsas que eram divulgadas à época.

Com resgate de fatos históricos ou com entrevistas estratégicas, Luiz Octavio de Lima, em 1932: *São Paulo em Chamas*, realça características importantes sobre o movimento que são deixadas de lado pelos livros de História ou mesmo por estudiosos afincos que se debruçam sobre os conflitos de 1932. O autor tende ao lado paulista do movimento, o que não o impede de buscar informações que esclareçam o que está oculto em relação aos motivos que levaram tantos civis a abraçarem a causa das elites paulistas.

Entre os principais pontos revelados pelo autor está o perfil dos manifestantes mortos pelas tropas federais em maio de 1932, conhecidos como M.M.D.C.. Antônio Américo de Camargo Andrade não era estudante ou ligado aos estudantes de Direito do Largo do São Francisco, como diziam os jornais da época e muitos continuam a acreditar. Ele frequentava bares no centro de São Paulo, onde costumava passar as noites. Estando na região de estopim do movimento, participou das manifestações e acabou morto pelas tropas federais.

Mário Martins de Almeida, outro dos integrantes do M.M.D.C., também não era

estudante de Direito. Era, na verdade, um fazendeiro do interior paulista de passagem na capital. Estava na cidade para visitar seus pais e, tomado pelas emoções do momento de início dos protestos, fez parte dos atos e, assim como os demais, foi morto a tiros. Euclides Bueno Miragaia e Dráusio Marcondes de Sousa, os outros dois homenageados pela sigla, da mesma maneira que os primeiros, têm perfis diferentes do que diziam os jornais. Os quatro, porém, são ainda tidos como heróis, e a mídia de São Paulo, em 1932, se aproveitou do ocorrido com esses manifestantes para incentivar os paulistas a aderirem à guerra e à causa defendida.



Figura 3 – Cartaz em homenagem aos manifestantes mortos pelas tropas federais em 1932

Fonte: Portal da ALESP

As notícias falsas não param no caso do M.M.D.C.. A mídia paulista divulgava, diariamente, que as forças estaduais estavam próximas à vitória, escondendo a real situação de profunda inferioridade bélica e numérica em relação aos oponentes. Foi até publicado que o então presidente Getúlio Vargas teria fugido do Rio de Janeiro após deposição do cargo. As notícias falsas também eram constantes no lado getulista. “El Tigre”, como era conhecido o jogador de futebol Arthur Friedenreich, deixou os gramados para combater na guerra civil e foi alvo de mentiras de jornais que apoiavam o Governo Provisório. Foi divulgado que ele havia sido morto nos confrontos, o que repercutiu na mídia internacional.

O tema das notícias falsas é bastante atual, mas foi um fator determinante no movimento revoltoso ocorrido em São Paulo ainda na década de 1930. Tanto no lado paulista quanto no getulista, foi utilizado como arma política para influenciar os leitores e o andamento dos conflitos.

7 | O APOIO DE MATO GROSSO E A COBERTURA DA IMPRENSA

Apesar de o Movimento de 1932 ser fruto da defesa de interesses das elites paulistas, o estado de Mato Grosso enviou centenas de soldados para os combates em São Paulo.

Isso porque o sucesso paulista também significava o sucesso de grandes agricultores de café do sul mato-grossense. E, claro, isso foi refletido na cobertura dos acontecimentos pela mídia local.

O Mato Grosso do Sul, enquanto estado separado do Mato Grosso, surgiu somente em 1977, mas a chegada da mídia no território hoje compreendido por esse estado data de 100 anos antes, na cidade de Corumbá, em 1877. Para se compreender a história da mídia no estado, como a separação ainda é recente, é preciso considerar sua trajetória em todos os limites mato-grossenses³.

A imprensa do Mato Grosso surgiu em 1839 por meio do semanário *Themis Mattogrossense*. Os sócios da empresa eram lideranças políticas de alguns municípios, sob gestão do então presidente provincial Estêvão Ribeiro de Resende, barão de Lorena. Dois anos antes, em 1837, o presidente provincial José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, já tentara implantar a tipografia no estado, mas isso somente ocorreu de fato com o *Themis Mattogrossense*, que divulgava atos públicos.

Três anos se passaram até que o primeiro jornal do Mato Grosso fosse substituído pelo periódico *Cuiabano Oficial*, em 1842. Circulou com esse nome até mudá-lo para *O Cuiabano*, nome que foi mantido até o fim da circulação, em 1845. Passados dois anos, surgiu *A Gazeta Cuyabana*, que não durou muito, deixando de ser vendido no ano seguinte. Aqui é importante lembrar que, na época, a maior parte dos jornais brasileiros assumiam publicamente seus posicionamentos políticos, o que os tornava alvos constantes de opositores. Não por acaso, *A Gazeta Cuyabana* encerrou suas atividades por razões políticas.

Depois de 1848, muitos jornais foram criados em Cuiabá e nas cidades vizinhas, mas logo foi necessária a expansão das mídias para o interior do estado, pois outras cidades se desenvolviam, em especial ao sul. Era o caso de Corumbá, em pleno crescimento econômico. A cidade foi a primeira do Brasil a estabelecer relações comerciais com Paraguai e Argentina, e mais tarde abrigaria o maior porto fluvial da América Latina, tornando-se o maior centro comercial da região Centro-Oeste. O primeiro jornal de Corumbá foi *O Iniciador*, surgido em 1877, por iniciativa de Manoel Antônio Guimarães e Silvestre Antunes Pereira da Serra.

Em Corumbá foram criados mais dois jornais em 1880, *A Opinião* e *O Corumbaense*, que defendiam os interesses da lavoura e do comércio no sul do Mato Grosso. Mas a então vila de Campo Grande é que ficou marcada pela ligação com fazendeiros de São Paulo, que povoaram o lugar na década de 1910. O primeiro jornal da cidade foi *O Estado de Matto Grosso*, lançado em 22 de junho de 1913, focando nos temas de agricultura, comércio, pecuária, meios de comunicação e recursos naturais.

³ As informações sobre a história da imprensa no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram obtidas no artigo: COSTA, Carolina da Silva; FERNANDES, Mario Luiz; SAMPAIO, Amanda Brito. A história da imprensa de Mato Grosso do Sul e a construção do perfil do jornal Correio do Estado. GT História da Mídia Impressa, integrante do 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, UFMS, 2016.

Até 1932, ano de eclosão do Movimento Constitucionalista em São Paulo, surgiram em torno de 16 jornais no estado do Mato Grosso. Mas foi um mais antigo, *O Matto-Grosso*, de 1890, que atuou ativamente em relação aos conflitos. Esse jornal de Cuiabá posicionou-se do lado getulista da guerra. Os primeiros rumores do movimento paulista foram noticiados na edição de 10 de julho de 1932, mas apenas na semana seguinte os acontecimentos foram anunciados a partir de informações mais concretas:

Tinham fundamento os boatos, profusamente espalhados nesta capital, à boca pequenina, de que estava iminente uma revolução. Acreditávamos que os conspiradores tivessem desistido de levá-lo à prática. Não tendo explodido a 5 [de julho], julgávamos que a ideia tivesse desaparecido, eis porém que quatro dias depois, chegaram-nos as primeiras notícias que aliás não exprimiam a verdade que se estava passando. (*O Matto-Grosso*, 17 de julho de 1932)

Quando o jornal diz que as primeiras informações “não exprimiam a verdade que se estava passando”, trata-se da falsa notícia de que Getúlio Vargas havia sido deposto do cargo de presidente da República. O que se espalhava entre os jornais paulistas era que o País estava a ser dirigido por uma junta governativa com participação de Góis Monteiro e do general Bertoldo Klinger, um dos expoentes do movimento separatista do sul mato-grossense.

O posicionamento do jornal cuiabano *O Matto-Grosso* contra o Movimento Constitucionalista pode ser explicado pelo contexto de inserção do estado nas batalhas. As cidades do sul, além de se beneficiarem com uma eventual vitória das forças paulistas, devido às relações com as elites, viram nos eventos em andamento uma possibilidade de tornarem real a ideia separatista, o que ocorreu de fato. Sem a autorização da União, juntaram forças militares e demarcaram o estado de Maracaju, com capital em Campo Grande.

O jornal *O Matto-Grosso* foi um agente de duras críticas aos revoltosos paulistas e às mídias do estado de São Paulo, frisando sempre que as tropas federais eram em grande número, de modo que eram mínimas as chances de vitória dos rebeldes. Ainda na edição de 17 de julho, tornou evidente que Góis Monteiro, que os revoltosos tinham como aliado após a falsa notícia de tomada do poder federal, na verdade comandava as tropas que partiam do Rio de Janeiro para combater pelo lado do Governo Provisório, e destacou, ainda, a união de estados que defendiam Vargas militarmente, citando o Rio Grande do Sul, o Paraná e Minas Gerais.

Enquanto tentava desmentir a mídia paulista, *O Matto-Grosso* tratou de buscar minimizar os efeitos do movimento em São Paulo e no novo estado de Maracaju:

O movimento subversivo que irrompeu em Itu, Jundiá, Pirassununga e na capital de São Paulo, preparado por elementos reacionários, em ligação com a guarnição de Campo Grande, sob o comando do general Bertoldo Klinger e colaboração dos mesmos elementos afastados pela Revolução [de 1930]

e constitucionalistas mal orientados, não tem a gravidade que se lhe querem emprestar os seus diretores. (O Matto-Grosso, 17 de julho de 1932)

Com o fim da guerra civil a 02 de outubro de 1932, vitória militar das tropas federais e reintegração do estado de Maracaju ao Mato Grosso, o jornal publicou, na primeira página da edição de 09 de outubro, uma homenagem a Getúlio Vargas e às forças que venceram o combate. Algo a ser observado em relação a essa homenagem, intitulada “A vitória da causa nacional”, é que, ao exaltar as forças federais, o jornal assume explicitamente o caráter ditatorial do regime varguista, comparando-o a outros regimes que impuseram ditaduras em seus respectivos países:

A ditadura do Brasil caracteriza-se pela brandura e pelo respeito à lei. Deve-se distinguir a que se implantou no Paraguai no tempo de Francia e com López; na Argentina com Rosas; no México tantas vezes e sob uma diversidade de aspectos. A do Brasil tem sido uma ditadura administrativa como o admite a moderna sociologia. (O Matto-Grosso, 09 de outubro de 1932)

Ao assumir que o regime varguista, apoiado pelo próprio jornal, poderia ser considerado uma ditadura, *O Matto-Grosso* deixou claro que seu posicionamento era de puro interesse e, nesse ponto, não era diferente da mídia paulista à qual tanto se opôs.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coube, nesse estudo, retomar algumas contextualizações da Revolução Constitucionalista de 1932, rememorando, por uma perspectiva histórica, as motivações que levaram a tal processo. Ainda assim, pretendeu-se investigar o olhar expresso pela imprensa, sobretudo no que se refere à cobertura dos acontecimentos políticos. Destaca-se de início a importância de uma imprensa livre e soberana como recurso para a veiculação de informações. Reconhece-se a possibilidade de que a imprensa tenha lado, raros são os veículos de comunicação que, ao longo da história, não tenham se posicionado. A título de exemplo, foi possível observar como *O Estado de São Paulo* realizou a cobertura dos episódios se mostrando entusiasta dos revolucionários de 32.

O que se entende por crucial consiste no compromisso com a veracidade dos fatos atrelada a uma apuração séria das informações coletadas. Cabe a reflexão quanto às diferenças entre a forma como um acontecimento político da proporção da Revolução Constitucionalista era noticiado antigamente e como ocorre nos dias atuais. Com o advento da internet, as informações se pulverizaram. Tradicionais veículos de comunicação competem diariamente por visualizações com micro blogs de pessoas anônimas; as redes sociais são utilizadas como meios para obtenção de informação. Por um lado, tais mudanças sociais devem ser vistas como positivas, tendo por base que o debate política chega a mais pessoas. No entanto, é preciso ponderar a questão das informações falsas. As chamadas “fake news” ganharam notoriedade como nunca. Naturalmente, não foi uma criação da internet ou mesmo das redes sociais. Ainda assim, inegavelmente, por meio

desses dispositivos torna-se mais fácil a propagação das notícias falsas. Nesse sentido, reitera-se a importância da imprensa e dos veículos de comunicação como aliados de um governo democrático sobretudo no que se refere à fiscalização e à veiculação de informações verdadeiras, o que não significa isenção ou abstenção. Desentendimentos com a imprensa se combatem com imprensa, desde que a veracidade das informações trazidas à tona sejam verídicas.

Retomando o olhar acerca do processo revolucionário de 1932, é preciso pontuar que ainda que derrotados do ponto de vista militar, as causas revolucionárias foram atendidas pelo Governo Federal. Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição, um interventor do agrado dos paulistas foi nomeado e ocorreu a criação da Universidade de São Paulo, além do fortalecimento da unidade do povo paulista. Há também de se mencionar como legado a consolidação do voto feminino, fruto da nova Constituição. Os acontecimentos de 32 ficaram imortalizados em São Paulo. Duas avenidas possuem alusão à revolução, rememorando datas históricas do processo: 23 de maio e 09 de julho. Por ironia do destino, a Faculdade Getúlio Vargas, tem sua sede em São Paulo localizada na Avenida Nove de Julho. Ainda na tentativa de estabelecer uma relação entre o episódio político e a imprensa, o escritor Israel Foguel faz a seguinte lembrança:

Segundo Aspásia Camargo, em artigo para o jornal 'O Estado de São Paulo', em texto comemorativo dos 60 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, publicado em 09 de julho de 1992, o constitucionalismo paulista resultou de um conflito entre duas concepções democráticas: Democracia social e democracia liberal. (FOGUEL, 2018, p. 39)

A formulação, resgatando a contribuição da socióloga Aspásia Camargo para *O Estado de São Paulo* na citada edição comemorativa, rememora a complexidade ideológica daquela conjuntura, que pode ser traduzida pela dificuldade histórica existente no Brasil de realizar um desenvolvimento econômico inclusivo amparado pelas liberdades democráticas. Observa-se que essas características não andam juntas via de regra. Para tanto, pode-se mencionar o pico desenvolvimentista que abrange de 1930 a 1980, período que engloba duas ditaduras, colocando o Brasil como uma das principais economias do mundo, ao passo que desde a redemocratização a economia oscilou muito, sobretudo no que se refere à esfera produtiva do País, que tem se enfraquecido substancialmente nos últimos anos.

Por fim, cabe pontuar a coincidência histórica decorrente do início dos anos 30. Desde Júlio Prestes, nenhum presidente havia sido eleito tendo nascido em São Paulo. O rompimento desse estigma se deu apenas em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. O também paulista Michel Temer chegou ao poder em 2016, mas em decorrência do impeachment sofrido pela então presidente, Dilma Rousseff. A História aponta contradições, curiosidades e até ironias. Para tanto, é preciso fazer valer a memória e a veracidade das informações.

REFERÊNCIAS

Arquivo Público de Estado de São Paulo. Jornais e Revistas. Ano: 1932. Consultado em 09 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas>.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. Cuiabá. O Matto-Grosso: página 1. 09 de outubro de 1932. Consultado em 10 de junho de 2020. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&PagFis=4430>>.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. Cuiabá. O Matto-Grosso: página 1. 17 de julho de 1932. Consultado em 10 de junho de 2020. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&pasta=ano%20193>>.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de São Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impress, 1981.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa--Omega, 1980.

COSTA, Carolina da Silva; FERNANDES, Mario Luiz; SAMPAIO, Amanda Brito. **A história da imprensa de Mato Grosso do Sul e a construção do perfil do jornal Correio do Estado**. GT História da Mídia Impressa, integrante do 3º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia, UFMS, 2016.

CPDOC FGV. **Fatos e Imagens: Artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil**. Consultado em 09 de junho de 2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>.

DE LIMA, Luiz Octavio. **1932: São Paulo em Chamas**. São Paulo: Planeta, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

FOGUEL, Israel. **1932 - A Epopeia Paulista**. São Paulo: Clube de Autores, 2018. 182 p. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/1932_A_Epopeia_Paulista.html?id=zb15DwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. Três Estrelas, 2011.

VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio**. São Paulo: Leya, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

análise de conteúdo 26, 37, 221, 228, 268

Análise de Conteúdo 242

Art-College Berlin-Weissense 88

C

Câncer de Mama 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Ciberativismo 26, 50

Comunicação Política 30, 32, 221

Conselho Tutelar 202, 210, 213, 214, 215, 219

Constituição Federal 4, 102, 203, 221, 222, 300, 303, 305

Crise Econômica 141, 145, 154, 308, 310, 313, 316

D

Discurso Publicitário 308, 312, 314, 319

Ditadura Civil-Militar 25, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123

E

Educomunicação 75, 76, 78, 81, 83, 84

Estética 16, 43, 95, 98, 110, 111, 112, 122, 159, 170, 174, 175, 176, 178, 191, 264, 298

F

Feminicídio 4, 7, 10, 11, 13, 40

Feminismo 15, 24, 27, 34, 39, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 65, 66, 68, 74

Fotografia de Exaltação 286, 287, 293

Foucault 19, 20, 24, 40, 42, 43, 51, 102, 106, 107, 108, 109, 253, 254, 264, 318, 320

G

Gaudreault 112, 113, 120, 123

Gênero 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 97, 173

Grotesco 172, 174, 175, 180

Guerra Civil 157, 164, 167

Gutenberg 194, 196, 200

H

Habitus 313, 318

Historicidade 252, 253, 254

I

Imprensa 2, 5, 9, 10, 11, 12, 18, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 107, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 177, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 227, 255, 256, 283, 288, 333

Infotendimento 150, 181, 191

Intervenção Federal 221, 222, 225, 228, 234, 236, 238, 239, 240, 241

J

Jornalismo Sindical 53, 54, 55, 56, 64, 333

Jornal Nacional 221, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 238, 241

Judith Butler 15, 44

K

Katharina Mouratidi 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 96, 100

L

LGBT 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 211

M

Marketing Territorial 140

Martín-Barbero 75, 76, 77, 84, 191, 193, 255, 264

Mídias Digitais 40, 41, 46, 47, 81

MTST 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Muniz Sodré 81, 172, 190, 224

N

Narrativa 93, 111, 112, 114, 118, 122, 123, 160, 171, 173, 182, 185, 186, 189, 190, 192, 228, 291, 292, 317

Neuromarketing 244, 245, 246, 247, 250, 251

Noticiabilidade 6, 170, 177, 182

Novos Movimentos Sociais 124, 126, 206

P

Performance 17, 18, 91, 92, 98, 100

Pesquisa Exploratória 34

Políticas Públicas 4, 12, 13, 38, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 144, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 223, 281, 304

Prensa 189, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 294

Protestantismo 200

Psicologia Ambiental 295, 296, 297, 299, 304, 305, 307

R

Rádio 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 161, 173, 184, 257

Redes Sociais 26, 30, 32, 33, 39, 41, 46, 49, 50, 77, 148, 167, 180

Representações Midiáticas 252

S

Subproletariado 131

V

Valor Notícia 170, 171, 174, 177

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 